



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Veículo: CORREIO DE SERGIPE
Identificação: CORREIO URBANO A7 GERAL
Data: 29/09/2012

Participe.Aju aponta supostas irregularidades no Plano Diretor

Grupo de profissionais acredita que novo projeto, se aprovado, pode prejudicar o desenvolvimento da capital

Acácia Mérci
acaclamercic@correiodesergipe.com

Há mais de um ano, a elaboração consistente do Plano Diretor de Aracaju vem sendo alvo da preocupação de advogados, técnicos, engenheiros e da comunidade como um todo. Nesse período, o Participe.Aju (grupo composto por representantes da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Sergipe, Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA/SE), Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), Conselho Regional de Contabilidade, Conselho Regional de Medicina, Ministério Público de Sergipe, e outras sociedades de classe e civil organizada) vem reali-

zando estudos técnicos sobre o tema e constatando que é a maneira como vem sendo analisado pelos vereadores.

Na manhã de ontem, 28, representantes do Participe.Aju estiveram na sede da OAB/SE para buscar alternativas e estratégias em relação à Ação Judicial que pretende aplicar para que o novo Plano Diretor não seja votado na Câmara Municipal. Segundo Vera Ferreira Gentil, membro do grupo e assessora do CREA/SE, foi chegada à conclusão de que não há condições de aprovação, já que o plano não possui mecanismos que favoreçam benefícios aos aracajuanos.

“O Participe tem considerado o processo de votação do Plano Diretor extremamente preocupante. Estamos assustados com o que vem sendo feito e estamos acompanhando. Há uma série de incoerências e inconsistências dentro

“

Há uma série de supostas incoerências e inconsistências”

Vera Ferreira |
Membro do Grupo

do plano, e achamos que não poderíamos nos eximir, já que, independente do contexto equívocado, o plano pode ser votado. Acredito que podemos contribuir para essa mudança”, explica.

Dentre as supostas irregularidades detectadas pelo grupo está a proposta do limite do Índice de Construção e Aproveitamento de Área em